

## Ata número noventa e cinco (95) – Reunião Ordinária do Conselho de Administração.

Ao vigésimo sexto dia (26) dia do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte (2021), às dezessete horas e trinta minutos (17h30), na sala de reuniões da Autarquia Cambé Previdência, realizou-se a reunião ordinária do Conselho de Administração gestão 2020/2023. Presentes os membros: Eu - Eduardo Anzola Pivaro, Carlos Alberto Serpeloni, Wagner Santana, Aldecir Cairrão, Paulo Humberto Pizaia Neto, Josiele Diniz da Silva Richieri e a diretora presidente Andréia Cristina da Silva – Ausente o conselheiro Jackson Romeu Ariukudo. A diretora presidente distribuiu os documentos necessários para a reunião e eu, Eduardo, colhi assinaturas na lista de presença para a reunião do dia. Na sequência, iniciei a reunião elencando os assuntos da pauta: 1) Demonstrativo Financeiro e relatório das aplicações financeiras referente ao mês de julho e 2) Plano Plurianual – PPA e Proposta Orçamentária par o exercício 2022. Em seguida passei a palavra para a Andréia que deu início com o primeiro item da pauta. A mesma começou a discorrer sobre o demonstrativo financeiro de julho de 2021, nos informando que os repasses das contribuições previdenciárias (patronal e servidor) totalizaram R\$ 3.140.143,31, e somados as demais receitas, inclusive extra-orçamentárias, totalizaram R\$ 3.375.550,17. As despesas com pagamentos de benefícios totalizaram R\$ 3.551.952,97 as despesas administrativas R\$ 120.343,52 incluindo as obrigações tributárias / contributivas e despesas extra-orçamentárias, totalizaram R\$ 4.284.661,05. Encerrando o mês de julho com um resultado de: -(R\$ 909.110,88). Saldos bancários na data de 31/07/2021 era de R\$ 138.541.456,00. Com evolução nas disponibilidades financeiras no últimos 12 meses de 7,35%. Sobre as outras informações, informou que, a informação da Dação 2016, com a aprovação da Lei passará e compor os parcelamentos e integrar o calculo atuarial, encerrando o mês com 987 aposentados e pensionistas. Finalizando a explanação, Andréia perguntou se havia mais alguma duvida. Aldecir apontou a diferença entre as contribuições previdência X pagamentos de benefícios de 411 mil. Andréia complementou que agora passaremos a receber mais um parcelamento que diminuirá essa diferença apontada. Andréia explicou sobre a diferença da arrecadação conhecida em junho/2021 que foi maior devido ao pagamento de horas extras pagas à area da saude, incorporações atrasadas, entre outros fatores que contribuíram com o resultado. Em seguida Andréia mencionou sobre a dificuldade de se obter bons resultados na carteira de investimentos nesse cenário atípico e que, como está bastante diversificada nossa carteira, o comitê decidiu por não fazer nenhuma realocação - e que em julho, aconteceram as ultimas movimentações antes já anunciada ao conselho. Aldecir complementou que os economistas vem falando sobre a dificuldade de conseguir bons resultados com os investimentos, que inclusive em 2022, por ser um ano politico, enfrentaremos grandes dificuldades. Em seguida, Andréia perguntou se haviam mais duvidas e se algum conselheiro tinha alguma sugestão para os investimentos. Não houve nenhuma manifestação. Em seguida perguntou se poderia seguir com o segundo item da pauta. Todos concordaram. Andréia apresentou o PPA – Plano Plurianual 2022 /2025. Explicando que documento é um instrumento de planejamento para a gestão (Plano de governo ) que teoricamente traz as provisões de receitas e despesas para os proximos



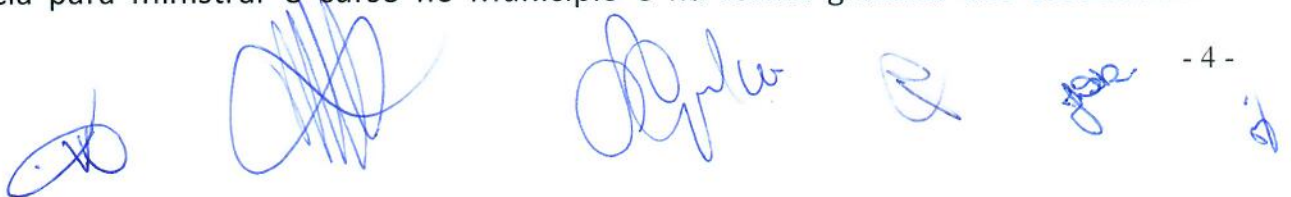
quatro anos. É indicado o valor do orçamento 2022 e atualizado anualmente pelos índices divulgados pelo Banco Central – os quais são encaminhados para o poder executivo para que os dados sejam inseridos no plano geral. Andréia perguntou se era necessário explicar cada item do orçamento, os conselheiros consideraram melhor falarmos dos totais, visto que a Andréia encaminhou com antecedência e todos puderam verificar com calma e poderiam trazer suas dúvidas. Andréia informou que, encerramos o orçamento e chegamos no valor de R\$ 73.972.000,00 e discorreu sobre os totais, lembrando sobre a alteração exigida, antes já informada ao conselho que trata da alteração em Lei para Taxa de Administração. Hoje é interferência financeira e que o orçamento foi elaborado, estimando um percentual de 2% sobre a base de cálculo da folha de pagamentos dos servidores e pode ser que precisemos falar em um segundo momento sobre valores após a aprovação da Lei. Informou que diferente da interferência financeira, as sobras da Taxa de administração permanecem na conta do fundo e poderão ser utilizadas para pagamentos de benefícios. Eu, Eduardo, informei que há várias mudanças na Taxa de adm e que pode chegar até 3%. Andréia passou a explicar sobre as despesas, informando que hoje o orçamento traz vários desdobramentos e que inclusive, houve mais uma vez, mudanças no plano de contas (receitas), sendo necessários todos os ajustes no sistema. Durante a explanação das despesas, informou que, ainda pela interferência financeira, está adquirindo equipamentos e instrumentos para melhorias das máquinas, que obteve a informação junto ao CPD do Município que nossas máquinas são boas e que, a aquisição de SSD'S serão úteis e prolongarão a vida útil dos equipamentos para um tempo estimado de 4 anos. Informou sobre a manutenção dos bens imóveis, item que traz a previsão de gastos com roçagem e capina, o qual aumentou, relatando que houve muita dificuldade de conseguir manter o valor antes contratado por m2. Neste momento, Aldecir se manifestou sobre ser interessante trazer alguém para cuidar desses serviços. Andréia falou que isso já foi pensado, mas não avançado devido a dificuldade de ter um servidor que realmente supra as necessidades. Mencionou sobre as contribuições ao Pasep, do valor elevado estimado para pagamentos e da polêmica em torno do assunto. Eu, Eduardo complementei que municípios que deixaram de recolher, estão recebendo notificações da Receita Federal. Falei ainda que é um tema que precisa ser revisto imediatamente. Andréia ratificou sobre o recolhimento do Pasep que devem ser recolhidas das respectivas fontes e que ainda que não concorde, faz corretamente pois é o que diz a Portaria 402/2008. Em seguida Andréia apresentou os totais e perguntou se havia algum apontamento sobre os documentos. Aldecir se pronunciou dizendo que fez um estudo e que as receitas de contribuições são menores do que as despesas. Serpeloni mencionou que há o aporte. Aldecir mencionou que estamos utilizando recursos para pagar os benefícios. Falou também que ve que é uma situação temerária para a Autarquia e o Município quanto aos pagamentos dos Aportes e que tecnicamente o orçamento está perfeito, tudo certo pois reflete a situação da Autarquia. Serpeloni mencionou sobre a reforma. Aldecir disse que vem para somar e para ajudar mas que o município está demorando para regularizar a alíquota patronal. Serpeloni falou que há o aporte e esse aporte é a alíquota. Serpeloni disse ainda que se alterar alíquota, refletirá diminuindo o Aporte e que se a preocupação é "estrangular" o município,



“strangula” do mesmo jeito. Aldecir falou das recomendações da secretaria sobre alteração de alíquotas. Andréia relatou que ha recomendações sobre a reforma da previdência nos municípios- alterando inclusive os planos de benefícios, entre outros e, concordou que a situação é precária sim, afinal, no inicio, quando foram criados os regimes proprios não existia uma organização, muitos nem contribuíam e que a avaliação atuarial passou a ser obrigatória apenas a partir de 1998 e que ainda assim, não traziam tantos critérios, com valores tão certos quanto as avaliações de hoje. Ainda assim, ha muito tempo já vem apresentando deficit e que a verdade é que a reforma já deveria ter acontecido. Aldecir apontou sobre as diferenças, sobre um possivel deficit no exercicio anterior. Andréia explicou que se faz necessário não se apegar / divulgar o resultado do mês, que devemos nos basear no exercicio financeiro e que, em 2020 ainda que um ano atipico, conseguimos encerrar o exercicio com um superavit considerável. Eu Eduardo, falei que é importante a preocupação, e que Cambé vem tomando cuidado, fazendo os aportes devidos. Usei o exemplo da cidade de Londrina. Lá só aumentaram alíquota. Ainda que só alterando alíquota, estão precisando aumentar mais ainda, porque a reforma que fizeram não foi suficiente. Lembrei que o aporte é constituído por 5 anos. Cuidados que na cidade de Londrina não foram tomados. Andréia comentou que inclusive devem ser administrados em contas correntes separadas. Eu, Eduardo lembrei que há muitos cuidados que devem serem tomados e aqui no Municipio foram devidamente observados. Serpeloni comentou que como membro dos conselhos anteriores e Aldecir como presidente sabe que o deficit sempre existiu. Aldecir disse que solicitou diversas vezes por oficio a necessidade de alteração das alíquotas e que antes “cobria”. Serpeloni comentou que eram menos aposentados e pensionistas. Aldecir colocou que essa é a visão quanto a essa situação. Andréia relatou que também oficiou o executivo quanto a necessidade da reforma e que, no inicio do mandato, comunicou o prefeiro atual o qual prontamente entendeu e de prontos criou a comissão especial formada por servidores para os estudos de uma reforma no municipio. Aldecir disse que há uma imposição constitucional. Andréia disse que não, o regime de previdencia complementar é obrigatório sim, e até o dia 12/11/2021 – já a reforma da previdência é facultativa. Eu, Eduardo ratifiquei a informação, inclusive lembrando sobre a obrigação da alteração em lei para Taxa de administração. Falei ainda que temos toda a preocupação e estamos utilizando as ferramentas necessárias para sanar isso e devemos aproveitar o momento. Aldecir falou novamente sobre o alteração da alíquota, eu, Eduardo, expliquei sobre a nova portaria que exige o pagamentos dos juros + o principal e os aportes serão muito elevados por alguns anos. Serpeloni mencionou que ve como uma solução para amenizar o problema a reforma de previdencia no municipio. Para finalizar, não havendo nenhum apontamento sobre o PPA (Plano Plurianual 2022 a 2024 ) e a proposta orçamentária para o exercício de 2022, ficam os mesmos aprovados. Em seguida, Andréia informou sobre os orçamentos coletados para as reavaliações dos bens imóveis de propriedade da Autarquia e comunicou que seguirá com a contratação através de uma Dispensa de Licitação, com a empresa Moretti Engenharia, pelo valor de R\$ 8.100,00. Apresentou outros valores de orçamentos para o termo de referência, e os valores apresentaram disparidades, chegando a R\$ 175 mil reais. Porém há orçamentos que se



enquadram a dispensa de licitação, portanto, a contratação será pelo menor preço ofertado. Andréia mencionou que as avaliações deverão serem feitas por arquiteto ou engenheiro com registro apto para avaliar – conforme notificação recebida pela Prefeitura do Município, apresentada pelo Paulo. Nenhum conselheiro manifestou-se contra e autorizaram seguir com a contratação. Andréia informou que chegou uma proposta de compra para o terreno de 6 alqueires pelo valor de 2,5 milhões. Valor este plenamente fora do valor de mercado. Serpeloni solicitou para que em outra ocasião, após a finalização da avaliação, para Andréia apresentar a valorização dos imóveis desde 2004 em termos infracionários. Andréia disse que sim, sem problemas, fará e apresentará. Andréia informou que observou um erro no cadastro de pessoa jurídica desta Autarquia onde, o CNAE – estava incorreto. Estava classificado como Previdência complementar fechada. O correto é Seguridade Social Obrigatória. E hoje tal erro foi corrigido e que inclusive, dispomos de um alvara de licença. Informou ainda que tal alteração é importante, porque interfere no envio de informações aos órgãos federais, inclusive agora, com a implantação do E-Social. Andréia comentou sobre as roçagens e capina nos imóveis de propriedade da Autarquia, que tiveram muitas dificuldades para conseguir orçamentos para a prestação de serviços, visto que, devido a quantidade de m2 para roçagens ser muito menor do que o município, por exemplo, não era possível nem utilizar outros preços como referência. Ocorreu que o processo iniciou com antecedência, porém foi muito difícil, avançar com a licitação devido a dificuldade em receber os orçamentos. Houveram disparidades de valores e ainda valores muito elevados com vistas ao valor que vinhamos pagando, que era R\$ 0,28. E que, após as tentativas, foi efetiva a contratação em 20 de agosto, por um prazo de 07 meses R\$ 0,45 centavos por m2 com a empresa Joyce Cristina Maciel Vieira da Silva Jardinagem – Estética Jardinagem. Serão 3 roçagens de 25 mil metros cada uma. O contrato tem um valor global de R\$ 33 mil reais. Informou também que o planejamento é fazer uma licitação para roçagem no início do ano. Andréia comentou sobre Parecer jurídico referente ao Parcelamento em que o Aldecir falou sobre a falta deste documento no grupo do WhatsApp do conselho. Andréia o encaminhou imediatamente ao grupo para que os conselheiros tivessem conhecimento e relatou que ela não tinha dúvidas sobre a legalidade do parcelamento e por isso não o comentou na reunião. Andréia perguntou aos conselheiros se gostariam que ela fizesse a leitura e se havia dúvidas. Os conselheiros não manifestaram dúvidas e optaram por não haver a leitura. Andréia encaminhou a todos, com antecedência também, um relatório completo das tratativas para resolução do FIP-PR para que todos tenham conhecimento pleno da situação atual. Andréia comentou que os advogados ingressaram com (IDPJ) Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - para que, os sócios sejam alcançados e responsabilizados e após resolvido este embrolho, acreditamos que conseguiremos avançar na questão de vendas dos imóveis e/ou parcerias. Andréia trouxe para decisão do conselho a sugestão de um Curso de Certificação em Cambé, que como não houve interesse por parte dos membros do conselho de administração em participar do mesmo curso de em paranavai, o qual os membros do conselho fiscal participaram - informou que em conversa com o Presidente da APEPREV, o mesmo nos deu preferência para ministrar o curso no Município e na forma gratuita aos associados. A



- 4 -



Autarquia apenas deveria disponibilizar um local com capacidade de até 60 pessoas. Informou que cotou o Hotel Solarium – R\$ 550,00 por dia, visto que haveria participação de servidores de outros municípios. Os conselheiros mostraram interesse, sugeriram locais, porém, em discussão, acordaram que diante da fase perigosa e aglomeração, não acontecer no município neste momento instável referente a pandemia. Andréia comunicou que eu Eduardo, ela e Luciana participaremos de um curso em Curitiba nos dias 02 e 03/09 que tratará sobre a Taxa de Administração e contabilização dos investimentos que são assuntos pertinentes a nossa área. Andréia informou que estamos na iminência dos vencimentos dos Contratos de alugueis com a Comdec que vencerá em dezembro e aluguel da casa Sede da Autarquia vencerá em novembro. Serpeloni falou que o ideal seria construir sede. Andréia comentou que o valor sairá da Taxa de Administração. Andréia lembrou que ainda que mudemos em imóvel próprio é necessário pagar aluguel para o Fundo. Aldecir falou em utilizar um imóvel próprio. Eu, Eduardo- mencionei que é necessário observar as peculiaridades da taxa de administração, inclusive a questão da liquidez. Serpeloni perguntou se o município pode ceder, ou pagar o imóvel para a sede da Autarquia. Paulo comentou que acredita que não, devido a independência financeira da Autarquia. Encerrando os assuntos, perguntei se alguém tinha mais alguma colocação e como não houve nenhuma manifestação, encerramos a reunião. E, nada mais havendo a relatar, lavro a presente ata que lida e achada conforme, será assinada por mim, Eduardo Anzola Pivaro e pelos demais membros do conselho de administração.



Eduardo Anzola Pivaro



Paulo Humberto Pizaia Neto



Andréia Cristina da Silva



Wagner Santana



Aldecir Cairrão



Josiele Diniz da Silva Richieri



Carlos Alberto Serpeloni




Jackson Romeu Ariukudo

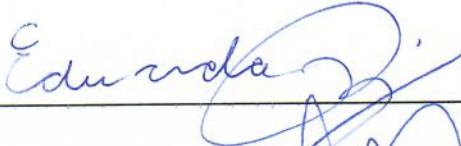
**LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**26/08/2021 - 5ª Feira**

ALDECIR CARRÃO



EDUARDO ANZOLA PIVARO



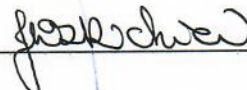
CARLOS ALBERTO SERPELONI



JACKSON ROMEU ARIUKUDO

não compareceu.

JOSIELE DINIZ DA SILVA RICHIERI



PAULO HUMBERTO PIZAIA NETO -



WAGNER SANTANA -

